

As cartas dos leitores no *Público* e no *Diário de Notícias*

Marisa Torres da Silva, FCSH - Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Abstract

As cartas dos leitores podem ser comumente descritas como um meio através do qual os leitores têm voz sobre os mais diversos temas, constituindo-se como um dos lugares do jornal onde o cidadão tem a oportunidade de se expressar. Para estudar a forma como a voz dos leitores é seleccionada e enquadrada na imprensa, centrámos a nossa análise no trabalho de edição das secções "Cartas ao Director" e "Tribuna Livre", respectivamente dos jornais *Público* e *Diário de Notícias*, utilizando a metodologia da observação participante para uma compreensão mais efectiva do processo e das razões das escolhas que são feitas na selecção das cartas dos leitores, no contexto específico em que ela ocorre. Partindo da teoria da democracia deliberativa, enquanto mapa conceptual para a reflexão sobre as práticas e rotinas analisadas, o artigo pretende verificar o modo como os critérios de selecção das cartas dos leitores dão forma ao entendimento que a imprensa tem do seu público.

Introdução

Os mass media, desde muito cedo, aperceberam-se de que não podiam continuar fechados no seu "mundo", sem convocar a participação e o debate dos utentes dos media, ou melhor, para usar uma expressão mais próxima do que queremos aqui apresentar, do público. Um público que, continuamente, interpela os seus meios de comunicação, sem, no entanto, conseguir, na maior parte das vezes, aceder igualmente ao seu espaço elitista.

Contudo, actualmente, temos vindo a assistir a uma maior preocupação por parte dos media em proporcionar um acesso mais democrático aos cidadãos – falamos, nomeadamente, ao nível da imprensa e dos seus sites na Internet, da possibilidade de introduzir comentários, com critérios pouco restritivos de publicação, às notícias que aí são publicadas. Falamos, também, por exemplo, dos conceitos de "jornalismo colaborativo" ou de "jornalismo dos cidadãos", que sustentam uma intervenção activa dos (neste caso) cibernautas no processo noticioso. Verificamos, por isso, uma crescente vontade de aproximação entre os media e o seu público.

As cartas dos leitores já existem na imprensa muito antes desta tendência em ascensão na comunidade jornalística. "Os jornais publicam comentários dos leitores [...] pelo menos desde os finais do século XV até ao desenvolvimento da 'penny press' nos meados do século XIX e, obviamente, até aos tempos actuais" (Reader, 2001: 3 e 4). No século XVIII, devido ao extraordinário crescimento dos cafés e dos seus frequentadores (como descreve Habermas na sua obra *A Transformação Estrutural...*), a discussão crítico-racional ou o debate que aí ocorria passou a necessitar de um palco mais amplo – exemplo disso foi o

jornal *Tatler*, que passou a publicar uma selecção de cartas enviadas pelos seus frequentadores (Habermas, 1994: 42). Mas a publicação de cartas dos leitores, de uma forma regular, vir-se-ia a estabelecer apenas no século XIX, tendo como pioneiro o jornal *The New York Times*, a 18 de Setembro de 1851.

Não obstante o surgimento de novas formas de relacionamento e de comunicação entre os media, em particular a imprensa, e o público em geral, a secção das cartas dos leitores continua a ser o espaço, por excelência, da participação dos leitores no seu jornal, pelas suas características únicas. Não só pelo tipo de escrita e de leitores que aí intervêm (de uma reflexividade e aprofundamento totalmente distintos dos comentários dos utilizadores às notícias do site, além de que as cartas não têm de versar, necessariamente, sobre a informação publicada), mas também pelos rigorosos critérios de escolha e enquadramento pelos quais estes textos têm que passar antes da sua publicação nas páginas impressas do jornal, onde o leitor tem a expectativa de ser lido e apreciado pelos demais e, eventualmente, entabular a discussão com outro leitor, um colunista ou mesmo o director do jornal.

O ideal da democracia deliberativa

A teoria da democracia deliberativa oferece uma poderosa justificação para analisar a forma como a secção das cartas dos leitores, particularmente centrada na deliberação pública, pode contribuir para superar a chamada crise de comunicação pública (Wahl-Jorgensen, 2007). Desenvolvida por diversos autores contemporâneos, como John Rawls, Joshua Cohen, Habermas, James Bohman ou Amy Gutmann, a noção de democracia deliberativa assenta na seguinte ideia: a legitimidade das decisões políticas exige a inclusão de todos os interessados no processo público na sua formulação. Nessa sequência, os teóricos da democracia deliberativa argumentam que o exercício da cidadania vai além da mera participação no processo eleitoral e implica o envolvimento dos cidadãos num processo contínuo de discussão pública dos assuntos que os afectam.

Segundo Luiz Carlos Bresser Pereira, o surgimento do conceito de democracia deliberativa é o reflexo de uma condição histórica – a perda de influência dos sindicatos, a partir dos anos 70, que teve como consequência a emergência de um novo conjunto de associações da sociedade civil, as quais procuram tornar responsáveis os governantes (cfr. Bresser-Pereira, 2005: 87). Mas foi sobretudo no princípio dos anos 90 que se verificou uma mudança na atenção relativamente à democracia: enquanto que antes se definia o ideal democrático preferencialmente através de noções como a representação política (enfoque nas eleições, no processo de decisão, característico da teoria liberal da democracia), a partir desta data esse mesmo ideal democrático passa a definir-se como a possibilidade que os cidadãos têm de deliberar acerca das decisões colectivas, através da troca de argumentos.

Podemos dizer que a teoria da democracia deliberativa se adequa melhor às sociedades modernas, não só porque de certa forma vai ao encontro da teoria política contemporânea, que defende um modo de tomada de decisão mais participativo, centrado no debate entre os cidadãos, mas também porque a ética discursiva da deliberação se transforma num meio possível para alcançar uma decisão legítima, neste contexto da contemporaneidade, em que não há pontos de referência transcendentais, que guiem as perspectivas dos actores sociais (cfr. Bächtiger *et al.*, 2000).

Essa deliberação pública, enquanto “processo dialógico de troca com o objectivo de solucionar situações problemáticas que não podem ser estabelecidas sem a coordenação e cooperação interpessoal” (Bohman, 2000: 27), tem como propósito influenciar o processo de tomada de decisão por parte do sistema político. Ou seja, neste ideal que orienta a democracia deliberativa, o foco da atenção deixa de ser o voto, para passar a centrar-se no argumento, no debate, na troca de opiniões. Não basta aos cidadãos estarem informados; é necessário que eles participem activamente na vida pública.

Assim sendo, a noção da democracia deliberativa baseia-se no ideal intuitivo de uma associação democrática, na qual a justificação dos termos e condições de associação procede através da discussão pública, entre cidadãos iguais. Já John Dewey, umas das principais figuras da Escola de Chicago, chamava a atenção para a importância das discussões prévias aos actos eleitorais, referindo-se à imprensa como um elemento essencial para o desenvolvimento do público (cfr. Dewey, 1954: 203).

Joshua Cohen é o teórico da democracia deliberativa que melhor elabora e define os procedimentos ideais da deliberação – a liberdade e a ausência de coerções ou a igualdade formal e substantiva dos participantes. Cohen propõe, assim, um modelo ideal ou abstracto, independente da prática ou do processo real, que permite ver se a deliberação é correcta ou incorrecta. Apesar de sabermos que as práticas democráticas reais são apenas aproximações imperfeitas deste ideal, a proposta de Cohen permite-nos observar e avaliar a relação entre a deliberação e a tomada de decisão, isto é, se a deliberação melhora a tomada de decisão (cfr. Bohman e Rehg, 1997: xvi).

Segundo o autor, a deliberação baseia-se em quatro aspectos gerais (cfr. Cohen, 1997: 74 e 75). Em primeiro lugar, a *liberdade* – isto é, os participantes estão ligados apenas pelos resultados da sua deliberação, e não pela autoridade de normas ou requisitos pré-estabelecidos. Em segundo lugar, a *racionalidade* – tal como defende Habermas, só a força do melhor argumento é que é exercida. Em terceiro lugar, a *igualdade*, ou seja, os participantes são formalmente iguais, na medida em que as regras que regulam o procedimento não excluem indivíduos. Todos os que têm capacidades deliberativas estão em igualdade de circunstâncias para colocar assuntos na agenda, e propor soluções. Os participantes são, então, iguais na distribuição do poder e dos recursos. Finalmente, o *consenso* – a deliberação ideal tem

como objectivo encontrar razões que sejam persuasivas para todos os participantes e alcançar um acordo racionalmente motivado.

Para que a deliberação seja democrática, de acordo com Cohen, os cidadãos devem estar, portanto, colocados em posição de igualdade na discussão dos assuntos públicos. Mas em que sentido é que os cidadãos são livres e iguais na deliberação? Se a democracia requer a igualdade entre os participantes, então que tipo de igualdade exige? Será que as regras do debate são suficientes para impedir a exclusão dos indivíduos?

James Bohman, Jack Knight e James Johnson falam sobretudo da igualdade política, desenvolvendo concepções que tentam ir mais além do que conceber a igualdade através de procedimentos ideais. Apesar da igualdade procedimental (igualdade de oportunidades na participação na tomada de decisão) ser fundamental para a legitimidade democrática, a democracia deliberativa também requer elaborar os aspectos substantivos da igualdade política apropriados a este ideal particular. As instituições da democracia deliberativa devem assegurar que todos os cidadãos tenham a oportunidade igual de influenciar as decisões políticas; mas a capacidade de efectivar essas oportunidades pode variar se houver diferenças de poder entre os cidadãos. “Desigualdades de riqueza, ou a ausência de medidas institucionais que evitem as consequências dessas desigualdades, podem servir para minar a igualdade requerida nas próprias arenas deliberativas” (Cohen, 1997: 80).

Knight e Johnson elaboram uma distinção muito útil para a definição do conceito de igualdade. A democracia deliberativa pressupõe garantias processuais que proporcionem um igual acesso a arenas deliberativas relevantes para o “agenda-setting” e para a tomada de decisão, mas isso pode não ser suficiente para estabelecer o tipo de igualdade de oportunidades que esta teoria requer (cfr. Knight e Johnson, 1997: 281); ou seja, os mecanismos processuais não garantem, por si só, a igualdade de influência. A deliberação pressupõe então igualdade de recursos (riqueza material e educação) e também uma capacidade igual para propor argumentos persuasivos (racionalidade, articulação de ideias).

Podemos transpor esta diferença entre acesso e influência para o objecto de estudo deste artigo. Mesmo que aos leitores-escritores de cartas lhes seja garantido, através de procedimentos e regras preestabelecidas, um acesso igualitário ao espaço do jornal, será que as assimetrias de poder e de recursos poderão minar a igualdade de influência dos participantes, aqui entendida como a possibilidade de afectar as opiniões dos outros leitores?

Se Knight e Johnson argumentam que os procedimentos não chegam para garantir a igualdade de oportunidades de influência política, James Bohman sublinha que a igualdade de recursos entre os participantes é também insuficiente para assegurar, uma vez que os indivíduos também podem diferir nas capacidades necessárias para usar efectivamente os recursos disponíveis.

Para o autor, o princípio da igualdade de capacidades requer que todos os cidadãos sejam capazes de usar, efectivamente, as suas oportunidades de deliberação, que dêem a conhecer as suas preocupações e iniciem um debate público sobre as mesmas. “Este standard não requer que cidadãos particulares ou que grupos de cidadãos possam ter a expectativa de determinar o resultado de qualquer deliberação em específico. Requer, porém, que, sempre que os cidadãos entram na deliberação, eles possam esperar que as suas razões sejam, em última análise, adoptadas pelos outros cidadãos” (Bohman, *ibidem*: 345).

O diálogo com os outros exige capacidades altamente desenvolvidas relacionadas com a cognição e a comunicação. No entanto, se a política deliberativa quiser permanecer democrática, “não pode simplesmente favorecer aqueles que são mais educados, que têm acesso a informação especial, que possuem os maiores recursos e posições sociais privilegiadas” (*idem, ibidem*: 325).

O autor contrapõe aqui o conceito de “pobreza política”, definido como a incapacidade de grupos de cidadãos em participarem efectivamente no processo democrático. As consequências desta pobreza têm uma dupla face: a *exclusão pública* (os cidadãos não conseguem iniciar a deliberação pública) e a *inclusão política* (os cidadãos “pobres” são incluídos na deliberação, mas apenas na medida em que são os destinatários de acordos deliberativos, nos quais não têm controlo ou influência; por isso, o seu silêncio é transformado em consenso).

Relacionando esta perspectiva de Bohman com o nosso objecto de pesquisa, podemos constatar que o espaço das cartas dos leitores, enquanto forma de comunicação, poderá constituir um factor de sucesso na deliberação pública, uma vez que é um dos lugares onde aos cidadãos lhes é oferecida a oportunidade de transformar a informação que detêm em argumentos públicos. Contudo, podemos questionar-nos sobre o facto de, mesmo que as condições processuais estejam asseguradas (igualdade de acesso e liberdade) e ainda que os participantes no debate público disponham dos mesmos recursos (em termos de posição social ou de poder), o espaço das cartas dos leitores num jornal, entendido aqui como lugar de deliberação democrática, poder ser ou não um garante da igualdade de capacidades dos leitores-escritores.

Além do conceito de igualdade, também a noção de racionalidade enquanto aspecto geral de deliberação proposto por Cohen foi alvo de alguma crítica, mesmo entre os autores preconizadores desta teoria democrática. O autor defende que o debate racional é o procedimento político por excelência – os seus participantes devem, por isso, oferecer razões que justifiquem as suas posições. De igual forma, Habermas identifica a racionalidade da argumentação como um dos procedimentos necessários para criar uma situação ideal de discurso. E, similarmente, John Rawls enfatiza que os participantes da deliberação devem seguir os preceitos de uma discussão razoável – pelo que, por exemplo, a desobediência civil se enquadra como “irracional” nas práticas políticas.

A propósito do conceito de racionalidade (“reasonableness”), Amy Gutmann sugere que a deliberação actual consiste na troca de argumentos, respeitando as diferenças razoáveis. Cohen, por outro lado, adopta um critério formal para distinguir entre perspectivas razoáveis (definem-se em termos do desejo de responder às objecções) e não razoáveis (favorecem instituições e práticas que não podem ser justificadas perante os outros). Já John Elster, outro dos teóricos da democracia deliberativa, exprime algumas reservas em relação a esta noção de racionalidade, sublinhando que “o processo de discussão racional pode ser frágil e vulnerável às preferências adaptativas, conformidade, ‘wishful thinking’” (Elster, 1997: 19). Também Knight e Johnson questionam os argumentos de Gutmann e Rawls – será que factores ou emoções como o ódio, a frustração, o humor, o medo, a alegria ou a humilhação devem ficar de fora da participação na deliberação democrática, por serem consideradas como não razoáveis ou irracionais? Para estes autores, esta premissa da racionalidade faz-nos questionar sobre “os tipos de argumento ou de valores que são legitimamente admissíveis no processo de deliberação e debate políticos” (Knight e Johnson, *ibidem*: 285). Qualquer critério que distinga entre razoável e irracional arrisca arbitrariedade e introduz uma estranha circularidade na defesa da deliberação.

Emerge aqui a seguinte questão, intimamente relacionada com o tema das cartas dos leitores: será que este factor da racionalidade é determinante na secção? O que é que fará com que uma carta seja considerada como “razoável” ou como “irracional”? Através da observação participante que fez, durante um mês, no jornal *The Bay Herald*, Wahl-Jorgensen concluiu que os editores vêem alguns leitores-escritores de cartas como “loucos” ou “doidos” (Wahl-Jorgensen, 2002: 185), indivíduos estes que se distinguem dos leitores ditos “racionais”. “A preocupação com a racionalidade, conceito tão central nas teorias da democracia deliberativa, tornou-se quase numa obsessão na cultura de redacção do ‘The Bay Herald’, enquanto reverso da medalha da loucura dos leitores que escrevem cartas” (*idem, ibidem*: 194).

Podemos dizer que, com efeito, que não chega estabelecer um conjunto de regras processuais para a deliberação pública e que a democracia deliberativa requer igualmente igualdade política efectiva entre os cidadãos. “A teoria da democracia deliberativa fornece, assim, um enquadramento coerente para estudar as práticas de uma redacção. Se tivermos em conta um mapa conceptual que nos permita pensar na forma como a deliberação pública *deveria* ocorrer, podemos compreender melhor as suas condições *reais*” (*idem, ibidem*: 187).

De facto, a perspectiva da imprensa sobre o seu público, nomeadamente, sobre os leitores-escritores de cartas, molda o discurso público, desde logo, nos critérios de selecção utilizados para escolher as cartas a publicar. Convém sublinhar que são os jornais, e não os leitores, que determinam quem pode e não pode ter acesso à secção das cartas e que, por isso, determinam igualmente a composição de vozes do debate público. No entanto, essas regras de escolha das cartas não são explícitas para os leitores, uma vez que “as

formas de acesso são orientadas por normas e convenções que não estão escritas” (McQuail, 2003: 129). De igual forma, devido à inexistência de um estabelecimento mais formal destes critérios de selecção, por exemplo, num manual de redacção, o responsável encarregue de escolher os textos para publicação não dispõe de uma “preparação” específica para este trabalho, baseando-se sobretudo na linha editorial do jornal, nas práticas jornalísticas e até nas suas preferências pessoais.

O nosso propósito consiste, precisamente, em verificar o modo como estes critérios de selecção dão forma ao entendimento que a imprensa tem do seu público e até que ponto se coadunam com os ideais preconizados pela teoria deliberativa da democracia, em particular, a igualdade de capacidades dos leitores-escretores (tal como definida por Bohman, Knight e Johnson) e a questão da racionalidade do debate público.

Método de pesquisa e jornais analisados

Para compreender, de uma forma mais pormenorizada e contextualizada, o processo e as razões das escolhas que são feitas na selecção das cartas dos leitores, através de um contacto alargado e permanente com a redacção do jornal, utilizámos a metodologia da observação participante, que permite obter uma complexidade e uma riqueza de dados que não seriam imediatos. O seu propósito consiste em analisar o contexto social no qual as escolhas são feitas e o modo como os indivíduos interpretam as suas interacções e comportamentos.

É, por isso, “o envolvimento que despe o investigador do seu conhecimento cultural, enquanto veste o do grupo investigado” (Iturra *apud* Silva e Pinto, 1986: 149). Para tal, é necessário que o investigador obtenha com o grupo a observar familiaridade e confiança recíprocas e criar com ele um certo grau de empatia, através de uma atitude não directiva de compreensão do outro. As rotinas diárias, as conversas, a linguagem utilizada, a posição corporal, a mímica, as interrupções e as actividades paralelas, tudo isto pode potenciar elementos fundamentais para uma análise e reflexão posteriores.

Nesta pesquisa, propusemo-nos a estudar o trabalho dos responsáveis pela selecção das cartas dos leitores nas secções “Cartas ao Director”, do jornal *Público* (efectuada por uma adjunta da direcção), e “Tribuna Livre”, do jornal *Diário de Notícias* (levada a cabo por um jornalista da secção Agenda/Planeamento e Net), tomando particular atenção às suas práticas e rotinas diárias, bem como a linguagem e atitude em relação aos leitores-escretores de cartas.

O período de observação foi de dois meses (Junho e Setembro de 2004), com uma periodicidade de duas vezes por semana, no caso do *Público*, e de um mês (Janeiro/Fevereiro de 2007), com uma periodicidade de quatro vezes por semana, no caso do *Diário de Notícias*. Optámos por mudar a duração e a frequência

da observação neste último jornal, por nos parecer que uma maior intensidade no contacto com a redacção, ainda que durante menos tempo, nos permitiria igualmente uma maior familiaridade e proximidade com o meio a observar, algo que não se nos afigurava como tão necessário no *Público*, tendo a investigadora trabalhado nesse mesmo jornal como colaboradora num período de dois anos.

A análise efectuada centrou-se em diversas categorias, nomeadamente: as regras gerais de publicação das cartas dos leitores; a edição e o tratamento das mesmas; as especificidades dos leitores-escritores; e as práticas, atitudes e comportamentos que presidem à escolha das cartas, que, de certa forma, dão forma a uma determinada construção cultural do público.

As regras de selecção e o entendimento do jornal em relação às cartas

Os critérios de selecção das cartas dos leitores foram estudados por alguns autores, nomeadamente Karin Wahl-Jorgensen, professora na Universidade de Cardiff e autora da análise mais alargada desta matéria, definindo quatro regras principais nas quais se baseia a escolha destes textos: a brevidade, a relevância, a autoridade e o entretenimento.

Com efeito, em investigações anteriores (cfr. Silva, 2007), concluímos que, no caso particular do jornal *Público*, eram valorizadas as cartas que possuíssem um tamanho relativamente breve (ainda que não se verificasse propriamente a premissa do debate “bite-sized”), fossem enviadas por email (de forma a facilitar o trabalho de edição) ou versassem sobre assuntos ou acontecimentos presentes na agenda mediática.

Aliás, podemos afirmar que “a forma como o jornal lida com as cartas é semelhante ao modo como a redacção processa todas as peças passíveis de publicação. Ao examinar os critérios dos editores na selecção das cartas, concluímos e sublinhamos a natureza do *news judgment*” (Ericson *et al.*, 1989: 339). Também Lluís Pastor Pérez fala da presença de uma retórica do presente na selecção das cartas, que encurta a memória do público: “O recurso ao presente faz supor ao leitor que o que contam os media – no presente, claro – está acontecer agora e, portanto, afecta-os directamente (...). Quando um acontecimento ultrapassa o limiar do presente e desliza para a obscuridade do passado deixa de ter interesse para os media” (Pérez, 2006: 400).

Era dada prioridade, também, a cartas que fossem escritas por um leitor com autoridade numa determinada área ou com um estatuto social de relevo ou que rectificassem ou esclarecessem notícias publicadas no jornal. Verificamos, também, o peso das preferências pessoais da pessoa responsável por escolher as cartas no processo, nomeadamente no que diz respeito a determinados leitores-escritores habituais e a determinados temas.

No *Diário de Notícias*, constatámos que, na maior parte dos casos, as cartas são escolhidas pelas mesmas razões. No entanto, a extensão do texto do leitor é um factor que pesa bastante na publicação – não propriamente em termos da sua brevidade, mas sobretudo em termos do tamanho “conveniente”, nesse dado dia, para a secção das cartas, dependendo do número e qualidade dos textos recebidos. Em geral, cartas demasiado extensas são excluídas, mas ocasionalmente o jornalista pode seleccionar um texto mais longo se não tiver cartas que considere como adequadas para publicação. Apesar do tema da carta, sobretudo se incidir sobre uma matéria que esteja na ordem do dia, ser um critério extremamente relevante na escolha dos textos, o seu tamanho é igualmente uma “regra” essencial, ao contrário do que acontecia no *Público*.

Concluimos também que existe um maior trabalho de edição das cartas dos leitores no *Diário de Notícias*. Enquanto que no *Público* a adjunta da direcção escolhia textos que tivessem uma linguagem cuidada, sobre um tema actual, já “prontos” para publicação, não requerendo por isso alterações, o jornalista do *Diário de Notícias*, frequentemente, seleccionava cartas que, versando sobre um acontecimento relevante, poderiam requerer um trabalho de edição, não só em termos de extensão, mas também no que diz respeito à linguagem, nomeadamente erros ortográficos, gramáticos ou de pontuação. “A fala do leitor, no fundo, é uma operação discursiva realizada na esfera da própria produção da revista que, dessa forma, ‘faz falar’ por ela um leitor idealizado” (Neto *apud* Santhiago, 2005: 4).

O estilo, por vezes coloquial, do leitor era mantido, mas verificámos que todas as cartas seleccionadas para publicação foram alvo de uma edição rigorosa, de forma a tornar os textos mais claros ou, simplesmente, mais breves. Apesar de os cortes ou alterações à carta nunca serem expressos através de reticências, podemos dizer que o responsável pela selecção das cartas do *Diário de Notícias* confere um maior acesso a leitores que, de outra forma, seriam excluídos da participação nas páginas do jornal, por não disporem de uma competência linguística que assim o permitisse.

Por outro lado, a fala destes leitores é alterada ou transformada (ao contrário do que acontece, por exemplo, nos comentários dos cibernautas às notícias, em que há uma triagem prévia, mas mantendo a linguagem original), precisamente para dar uma aparência de um discurso depurado, rigoroso e cuidado, ainda que o jornalista mantivesse eventuais registos de uma maior informalidade. Aliás, este mostrou ter uma perspectiva algo céptica em relação aos leitores-escritores, referindo-se frequentemente à falta de qualidade das suas cartas e considerando que os seus autores “escrevem mal”, por não terem conhecimentos técnicos para tal.

A questão do “capital cultural”, para utilizarmos a expressão de Pierre Bourdieu (1998), está também bem presente na secção das “cartas ao director” do jornal *Público*, onde verificamos uma grande presença de alguns dos chamados “profissionais” de escrita de cartas dos leitores. São os leitores regulares, que

escrevem, pelo menos, uma vez por semana ou até mesmo diariamente, textos para serem publicados no jornal. “A adjunta sublinha que estes leitores-escritores habituais escrevem muito bem e, por outro lado, estão sempre em cima do acontecimento, tratando de temas muito actuais” (Silva, 2007: 94). Isto significa que o debate que se concretiza na secção é, frequentemente, protagonizado pelos mesmos intervenientes, não se verificando a diversidade de vozes que seria expectável e, igualmente, que “nem todos os leitores-escritores estão em igualdade de circunstâncias para serem seleccionados, porque é preciso capital cultural para se escrever bem” (Raeymaeckers, 2005: 205). Como refere Brian Thorton (1996), as cartas dos leitores reflectem as ideias da população em geral, sobretudo daqueles que têm educação suficiente para se sentirem confortáveis em expressar-se através da escrita.

Já o *Diário de Notícias*, tal como alguns editores norte-americanos (cfr. Andrews, 1968: 13; Winslow, 1976: 11), estabelecem a regra de limitar a participação dos leitores-escritores habituais a uma vez por mês, ou, no máximo, uma vez por semana. Neste caso, não é, porém, uma questão de dar prioridade aos leitores que escrevem para o jornal com menos regularidade, mas sim uma mera questão concorrencial em relação aos outros jornais e revistas, de não correr o risco de ver essas mesmas cartas publicadas num outro media impresso, como nos afirmou o jornalista.

Além da valorização das contribuições de alguns leitores-escritores, sobretudo por parte do *Público*, a questão do capital cultural, como factor de distinção e de diferenciação social, é também relevante no que diz respeito ao estatuto social do leitor. Se este for o chamado “informed outsider” ou “authorized knower”, com autoridade e saber acerca de uma determinada área, ou se detiver uma posição de relevo social, a sua carta tem mais probabilidades de ser escolhida para publicação. Esta regra da “autoridade” verifica-se em ambos os jornais, com uma maior expressão no *Público*, em termos de número de cartas publicadas.

No *Diário de Notícias*, o estatuto ou a profissão do leitor, mesmo se indicada por este, não costuma ser publicado, excepto se tiver relevância para o tema em questão; contudo, verificámos que, em determinadas ocasiões, sobretudo no caso de rectificação de notícias, a própria direcção indicou a publicação de determinadas cartas de carácter mais institucional, dando-lhe prioridade absoluta de selecção. Podemos dizer que as garantias processuais para a deliberação no espaço das cartas não são dadas à partida, uma vez que são pouco claras aos olhos dos leitores (os jornais não as enunciam), coadunam-se com os valores-notícia (por exemplo, o leitor não tem grande oportunidade para introduzir novos temas que não estejam configurados pela actualidade jornalística) ou encaixam nas preferências dos editores. Portanto, as regras que regulam o debate, já de si, excluem algumas vozes da deliberação pública, não garantindo o acesso de todos os leitores.

Por outro lado, verificamos também que há diferenças de poder entre os leitores-escritores, o que tem consequências relativamente à igualdade de influência que cada um tem nessa arena deliberativa.

Constatamos que os jornais, ao favorecerem com alguma frequência o discurso público de leitores “mais ricos”, com maiores recursos ou posições sociais privilegiadas, tornam a deliberação que é expectável no espaço das cartas pouco democrática.

Essa desigualdade de influência de uns leitores em detrimento de outros também se expressa pela própria forma como ambos os jornais lidam com as cartas que excluem de publicação – não há um arquivo efectivo no qual esteja guardada a totalidade desses textos. Apenas existe um cuidado em armazenar aqueles que ficam em “reserva” e que poderão vir a ser utilizados no futuro, na ausência de cartas mais recentes e de maior interesse para publicação. Os textos não publicados, apesar de passarem sempre por uma leitura e uma avaliação prévias, são como que aniquilados simbolicamente, na medida em que, para além de não beneficiarem de publicidade (no sentido de “tornar público”) no espaço do jornal, tornam-se automaticamente invisíveis a partir do momento em que a exclusão se dá.

Vimos, até aqui, algumas das regras principais que intervêm na escolha das cartas dos leitores, em ambos os jornais. A par destas regras, que não são explícitas nem óbvias para os leitores, sobretudo as que estão relacionadas com as idiosincrasias dos responsáveis por esta tarefa ou que têm a ver com as práticas e rotinas jornalísticas, há todo um conjunto de atitudes, de linguagem e de comportamentos em relação à secção que pudemos verificar através da observação participante e que nos permitem trazer uma reflexão mais profunda sobre a visão que os jornais têm do seu público.

Um dos aspectos comum à prática de ambos os responsáveis pela selecção das cartas dos leitores foi a preocupação em procurar um equilíbrio de posições aquando da publicação dos textos: ou seja, no caso de um tema considerado como “fracturante”, motivador de opiniões contrárias, a adjunta da direcção e o jornalista procuraram publicar, na mesma ou na edição seguinte, uma carta que veiculasse uma posição e outra que veiculasse a posição oposta. “A secção das cartas dos leitores não é muito mais do que um lugar onde se justapõem os prós e os contras de um determinado assunto, ou onde os leitores respondem ao conteúdo do jornal de uma posição isolada” (Raeymaeckers, 2005: 203). Tal verificou-se, de uma forma notória durante o período de observação efectuado no *Diário de Notícias*, altura em que se debatia o referendo relativo à despenalização da interrupção voluntária da gravidez. O jornalista, sempre que escolhia uma carta a favor da mesma, publicou sempre uma outra com uma posição contrária.

É interessante constatar a forma como, em temas caracterizados pelo conflito ou pela polémica, o jornal dicotomiza o debate em termos de “a favor” ou “contra”, no espaço das cartas dos leitores. Esta perspectiva bilateral da realidade e dos acontecimentos relaciona-se em muito com uma das regras fundamentais da actividade jornalística, a do “both sides”: ouvir sempre todas as partes envolvidas, sendo esta prática um dos “rituais estratégicos” da objectividade enunciados por Gaye Tuchman (1993). Segundo a autora norte-americana, estes procedimentos – além do princípio do contraditório, o uso das aspas (para

deixar os factos falarem por si), a pirâmide invertida e a apresentação de provas que corroborem uma afirmação – têm como fim a defesa dos jornalistas em relação aos riscos da profissão, como sejam as exigências das hierarquias ou as reclamações do público.

Tal como se tratasse da construção de uma notícia, também o jornal procura proteger-se, no espaço das cartas, de eventuais críticas que lhe venham a ser dirigidas, por não fomentar o equilíbrio entre as diversas partes. No entanto, verificámos que o jornalista encarregue da tarefa de seleccionar os textos dos leitores mostrava alguma dificuldade em escolher para publicação cartas que não se posicionassem claramente numa das facções motivadas pelo referendo, o que demonstra, de certa forma, o modo como o debate sobre determinadas questões da actualidade é construído, aparentando uma dicotomia rígida que, na realidade, esconde uma pluralidade de perspectivas, com *nuances* diversas.

Verificámos igualmente, além do aspecto já referido da procura de equilíbrio de posições nos textos dos leitores, um entendimento comum dos dois jornais em relação ao seu público, mostrando por vezes uma atitude de cepticismo (e até, podemos dizer, de desprezo) em relação a este último. Quer a adjunta da direcção do *Público*, quer o jornalista do *Diário de Notícias* demonstraram, por outro lado, falar um “idioma da insanidade” quando se deparavam com cartas escritas por alguns leitores-escritores.

Se existem leitores “favoritos”, outros já não têm a mesma sorte – é o caso de indivíduos que escrevem habitualmente para o jornal, mas que têm índices de assiduidade demasiado elevados (alguns chegam mesmo a enviar duas ou três cartas por dia para o jornal) ou apresentam pontos de vista algo peculiares. Estes autores de cartas são habitualmente denominados como “malucos”, “loucos” ou mesmo “desequilibrados” e as suas cartas são, na maior parte dos casos, excluídas de publicação.

Para Wahl-Jorgensen, este tipo de atitude e de construção cultural sobre os leitores é um meio que os editores têm de se distanciarem do seu trabalho e de renunciarem à sua responsabilidade no funcionamento pleno da democracia, deslegitimando a secção das cartas enquanto fórum público e afectando a visão desta como um todo (cfr. 2002: 183 e seguintes). A professora da Universidade de Cardiff relatou no seu estudo que, muitas vezes, os editores apenas precisavam de ver o nome da pessoa que estava a escrever a carta para saber de que assunto tratava – e verificámos precisamente isso nos dois jornais, com particular destaque de um leitor que, semanalmente, enviava cartas para o *Diário de Notícias* sobre a questão de Olivença e a pertença a Portugal.

É interessante verificar a forma como esta atitude se verificou noutros estudos feitos sobre as cartas dos leitores, a nível internacional, além de Wahl-Jorgensen. “O editor rejeitou imediatamente 22 cartas porque eram escritas por ‘loucos’ ou ‘históricos’. Alguns leitores-escritores regulares eram caracterizados desta maneira, incluindo uma pessoa que habitualmente submetia uma ou duas cartas por dia”, descrevem Ericson e outros quando analisaram o processo de selecção num jornal de grande tiragem no Canadá.

Também Karin Raeymaeckers constatou, no estudo que levou a cabo em seis jornais flamengos, que este grupo de leitores-escritores habituais, ainda que constituam uma minoria, são vistos pelos editores como “estranhos” ou mesmo “perigosos” e geralmente escrevem sobre o mesmo tema (2005: 211).

Podemos aqui falar do conceito sobejamente conhecido de Barbie Zelizer (2000) quando fala dos jornalistas como uma comunidade interpretativa (transnacional, acrescentamos), uma vez que partilham quadros de referência, práticas e rotinas comuns – também a construção cultural da imprensa sobre o seu público é semelhante de país para país, pois verificamos uma espécie de comunhão de comportamentos entre os indivíduos que escolhem as cartas para publicação.

Contudo, em ambos os jornais, constatámos paralelamente que os responsáveis pela selecção mostraram apreço e consideração por algumas cartas que viriam a ser publicadas, considerando-as “engraçadas” ou “interessantes”, o que demonstra que essa construção cultural do público, dos leitores “loucos”, nem sempre se verifica. Outra atitude comum consistiu no facto de, no caso de uma carta exprimir uma opinião considerada como discutível pelos responsáveis, esta poder vir a ser publicada independentemente da posição pessoal daqueles, sobretudo no *Diário de Notícias*, o que contraria de certa forma uma das premissas enunciadas no estudo de Ericson, Baranek e Chan, sendo a semelhança entre os pontos de vista do editor e do leitor como um dos aspectos que influencia a escolha de uma determinada carta (cfr. Ericson *et al.*, 1989: 356 e seguintes).

Considerações finais

Através da observação participante efectuada, concluímos que, em termos gerais, as regras de selecção das cartas dos leitores no *Público* e no *Diário de Notícias* são semelhantes, embora tivéssemos constatado algumas diferenças significativas, nomeadamente em termos da edição das cartas ou da primazia dada a alguns leitores-escritores. A análise feita mostrou-nos, igualmente, que estes critérios de selecção, além de obedecerem a convenções jornalísticas informais, enraizadas nas suas práticas, não sendo por isso enunciados ao leitor, favorecem não só aqueles que têm mais recursos, mas também aqueles que têm capacidades para propor argumentos persuasivos e para articular as ideias de forma racional.

Esta pré-requisito da racionalidade, valorizado por ambos os jornais, tem consequências evidentes na forma como encaram alguns dos seus leitores, considerando-os “loucos”, portanto, “irracionais”. Vimos que Knight e Johnson falaram do risco e arbitrariedade de distinguir entre valores ou argumentos pouco razoáveis e argumentos racionais, logo, legítimos e admissíveis no processo de deliberação. Este “idioma da insanidade” a que nos referimos em relação ao entendimento que os responsáveis pela selecção têm sobre alguns autores habituais revela-nos, então, uma concepção dos jornais em relação a uma parte do seu

público participante, que não considera como legítimo para entrar na deliberação pública, desconsiderando as suas participações.

James Bohman, um dos teóricos da democracia deliberativa atrás referidos, defende uma “concepção deliberativa de tolerância” (Bohman, 2003: 87). Para este autor, o conflito é central na deliberação, desde que não seja minado por desigualdades comunicativas e por distorções ideológicas. Mas essa tolerância, além da aceitação do desentendimento como fazendo parte do processo de deliberação, exprime-se também de outras formas: os participantes devem ser vistos como iguais e têm de ver que as suas convicções possuem o mesmo valor público que as razões dos outros.

A tolerância deliberativa está conectada com a comunicação de três formas: “é uma atitude perante as razões dos outros”, ou seja, estas devem ser tomadas a sério, mesmo que sejam criticadas ou rejeitadas; é também “uma atitude perante os locutores”, entendidos como iguais; por fim, é “uma atitude perante as perspectivas daqueles a quem se tenta justificar uma decisão numa deliberação”. Por isso mesmo, a intolerância significa uma falha no “ver a perspectiva do outro” (*idem, ibidem*: 93). Isto requer que, sempre que os cidadãos entrem na deliberação, estes tenham a expectativa razoável de que as suas razões possam ser adoptadas pelos outros participantes no debate.

Por um lado, a tolerância exige que os cidadãos se preocupem com os aspectos formais do debate. As razões dos outros não podem ser desqualificadas *a priori*. Ser tolerante não exclui a crítica, mas pelo contrário exige-a. Por outro lado, antes de mais nada, as perspectivas dos outros (que estão por detrás das suas razões e argumentos) têm de ser reconhecidas como legítimas. A tolerância exige, então, reconhecer os outros como membros iguais de uma comunidade política.

No caso das cartas dos leitores, sabemos que estas são alvo de um processo de selecção e de edição prévio à sua publicação no jornal. Não obstante a existência desses critérios de inclusão e de exclusão, importa-nos também analisar a forma como as cartas que são enviadas para uma determinada publicação são encaradas. Será que podemos falar de um princípio de tolerância em relação às cartas, tal como ele é definido por Bohman? Será que as razões dos leitores são tomadas a sério, mesmo que a carta seja rejeitada para publicação? Será que os leitores-autores de cartas são, na sua totalidade, entendidos como membros de uma comunidade política em posição de igualdade uns perante os outros? Se o espaço disponível para a publicação de cartas é muito reduzido dentro do contexto da publicação e se existem diferenças de poder entre os leitores, qual será a relevância da secção como instrumento democrático?

Deixamos estas questões em aberto, para estudos a serem prosseguidos posteriormente, mas podemos dar algumas respostas, ainda que parciais, sustentada nas práticas que analisámos durante a observação participante no jornal. O facto de se encarar uns leitores como “racional” e outros como “loucos” permite-nos afirmar que os jornais mostraram pouca tolerância em relação a determinados leitores-escritores, o que

impede uma percepção dos membros do público participante enquanto iguais na deliberação. Por outro lado, a inexistência de arquivos das cartas que não foram objecto de publicação leva-nos igualmente a reflectir sobre a importância, o interesse ou a seriedade que o jornal conferiu aos argumentos desses leitores.

Contudo, apesar de todos os condicionalismos que a secção das cartas dos leitores apresenta, em ambos os jornais, em termos da concretização plena de alguns dos ideais da democracia deliberativa, não podemos apagar o seu papel, ainda assim, essencial dentro do espaço do jornal, enquanto lugar de participação de um público que se pretende comprometido e empenhado na reflexão sobre matérias diversas.

Bibliografia

Andrews, M. C. (1968) 'Pity the editor without letters', *The Masthead* 20 (3): 12-14.

Bächtiger, A., Spörndli, M., Steiner, J. (2000) 'The Consociational Theory and Deliberative Politics. A Conceptual Framework for a Cross-National Analysis', in Stephen Brooks (ed), *Conflict and Compromise in Pluralist Democracies*, Westport, Conn.: Praeger.

Bohman, J. (2003) 'Reflexive public deliberation: democracy and the limits of pluralism', *Philosophy and Social Criticism*, 29 (1): 85-105.

Bohman, J. (2000). *Public Deliberation. Pluralism, Complexity, and Democracy*, Cambridge, London: The MIT Press.

Bohman, J., Rehg, W. (eds.) (1997). *Deliberative Democracy. Essays on Reason and Politics*, London/Cambridge: The MIT Press.

Bourdieu, P. (1998). *O que falar quer dizer*, Oeiras: Difel.

Bresser-Pereira, L. C. (2005) 'Democracia republicana e participativa', *Novos Estudos* 71: 77-94.

Dewey, J. (1954). *The public and its problems*, Athens, OH: Ohio University Press.

Ericson, R. V., Baranek, P. M., Chan, J. B. L. (1989). *Negotiating control: a study of news sources*, Toronto: University of Toronto Press.

Foucault, M. (1997). *A ordem do discurso*, Lisboa: Relógio d'Água.

Gutmann, A., Thompson, D. (2004). *Why deliberative democracy*, Princeton, NJ: University Press.

Habermas, J. (1994). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*, Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

McQuail, D. (2003). *Media Accountability and Freedom of Publication*, Oxford: Oxford University Press.

Pérez, L. P. (2006) 'Retórica y cartas al director', *Estudios sobre el Mensaje Periodístico* 12: 393-412.

Raeymaeckers, K. (2005) 'Letters to the editor: a feedback opportunity turned into a marketing tool', *European Journal of Communication* 20 (1): 199-221.

Reader, B. (2001) 'Should 'a citizen' have his say? A historical argument for the publication of unsigned commentary in 'letters to the editor' forums'. Paper apresentado na "Association For Education In Journalism And Mass Communication (AEJMC) Annual Convention", Washington, D.C.

Santhiago, R. (2005) 'Outras vozes pela cidadania – Aspectos da interação leitor/publicação no espaço de cartas do leitor'. Paper apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasil.

Silva, A. S., Pinto, J. M. (orgs.) (1986). *Metodologias das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento. p. 149-163.

Silva, M. T. (2007). *A voz dos leitores na imprensa. Um estudo de caso sobre as "cartas ao director" no jornal Público*, Lisboa: Livros Horizonte.

Thorton, B. (1996). 'The shrinking debate over journalistic standards: where have all the letters gone?'. Paper apresentado na Magazine Division, Association for Education in Journalism and Mass Communication Annual Conference, California.

Tuchman, G. (1993). "Contando 'estórias'", in *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, Lisboa: Vega.

Wahl-Jorgensen, K. (2002) 'The construction of the public in letters to the editor: deliberative democracy and the idiom of insanity', *Journalism*, 3 (2): 183-204.

Wahl-Jorgensen, K. (2007). *Journalists and the public: Newsroom culture, letters to the editor, and democracy*. Cresskill, NJ: Hampton Press.

Winslow, W. (1976) 'Writing, editing as an 'art form'', *The Masthead* 28 (3): 10-11.

Zelizer, B. (2000). "Os jornalistas enquanto comunidade interpretative", in *Revista de Comunicação e Linguagens*, 27: 33-61.